

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo administrativo: 23079.230913/2022-64

2. Base Legal

Foram analisados os Instrumentos Legais abaixo relacionados para nortear a pretensa contratação:

1. Instrução Normativa 05/2017 - Dispões sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal indireta, autárquica e fundacional;
2. Lei 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos
3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta mediante contratação de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
4. Modelos da AGU de licitações e contratos. Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. Termo de Referência, minuta de edital e minuta de contrato;
5. Instrução Normativa 01, de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
6. Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2023 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.;
7. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
8. Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

3. Descrição da necessidade

Tem o presente a finalidade de formalizar o procedimento administrativo visando a contratação continuada para o Fornecimento de hélio Líquido e gasoso para que não haja a descontinuidade do fornecimento atualmente contratado através do Termo de Contrato 34/2020, contrato este que será sua vigência encerrada em setembro de 2023 não cabendo mais renovação.

Ressalta-se que o fornecimento supracitado é considerado essencial e sua interrupção pode comprometer o andamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os serviços em questão são de natureza continuada, com fornecimento de materiais, conforme o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que são necessários ao desempenho das atribuições da Instituição, cuja interrupção compromete a continuidade de suas atividades e cuja contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro

Os laboratórios atendidos são laboratórios de pesquisa e ensino, que beneficiam usuários de diversos grupos de pesquisa e institutos ou serviços gerais multiusuários que impactam toda pesquisa da universidade bem como atividades didáticas e de extensão.

O uso de hélio líquido e gasoso é feito de forma contínua pelos Laboratórios Multiusuários de

Ressonância Magnética Nuclear, incluindo também o equipamento de Ressonância do HUCFF e não pode ser interrompido de forma alguma (sendo imprescindível a continuação de seu fornecimento). A falta de hélio líquido pode levar, por exemplo, a perda do campo magnético dos equipamentos de ressonância e o custo para sua recuperação é de milhares de dólares, quando isto é possível.

A interrupção no fornecimento de gases pode causar irrecuperáveis prejuízos na prestação de alguns serviços essenciais e no funcionamento dos laboratórios, levando a grandes perdas acadêmicas do ensino de graduação e no atendimento à saúde (no caso do HUCFF), com o atraso nas pesquisas de vários grupos, já que estes laboratórios atendem a vários programas de pós-graduação da UFRJ.

Como benefícios resultantes desta contratação espera-se melhor atender às demandas da sociedade e governo junto à Universidade bem como a garantia da continuidade dos serviços realizados pela instituição.

4. Área requisitante

Unidade	Responsáveis	Nome	E-mail
INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO – IBCCF-CCS	Fiscal Hélio	Bruno Lourenço Diaz	bldiaz@biof.ufrj.br
	Substituto	Eduardo de Souza Matos	cembio@biof.ufrj.br
	Substituto	Livia Carvalho Barbosa	cembio@biof.ufrj.br
	Substituto	Isadora de Araujo Oliveira	cembio@biof.ufrj.br
	Diretor	Robson Coutinho	diretor@biof.ufrj.br
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO – HUCFF	Fiscal	Anselmo José Lino Barbosa	anselmolino@hucff.ufrj.br
	Substituto	João Roberto Nunes	joaoroberto@hucff.ufrj.br
	Diretor	Dr. Marcos Freire	diretor@hucff.ufrj.br
CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS UNIDADE I	Fiscal	Karen Stephanie dos Santos	karensantos@bioqmed.ufrj.br
	Substituto	Vitor dos Santos Almeida	vitor.almeida@nioqmed.ufrj.br
	Diretor	Ana Paula Valente	anapval@bioqmed.ufrj.br
CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS UNIDADE II	Fiscal	Rodrigo Jorge Vianna Barbosa	rodrigojvb@cenabio.ufrj.br
	Substituto	Tula Celeste Wilmar Gonçalves	tula@cenabio.ufrj.br
	Diretor	Tais Hanae Kasai Brunswick	tais@cenabio.ufrj.br
INSTITUTO DE MACROMOLÉCULAS – IMA	Fiscal	Eduardo Miguez Bastos da Silva	emiguez@ima.ufrj.br
	Substituto	André Luis dos Santos	andretec@ima.ufrj.br
	Diretor	Maria Inês (Secretária Solange)	solregina@ima.ufrj.br
Faculdade de Farmácia -FF	Fiscal	Marcos Vinicius Toledo e Silva	mvtoladosilva@gmail.com
	Substituto	Aline de Soares da Silva	alinesds123@gmail.com
	Diretor	Carlos Rangel Rodrigues	rangelfarmacia@gmail.com , gabinete@pharma.ufrj.br
INSTITUTO DE FÍSICA – IF	Fiscal	Henrique Fragoso da Silva	henrique.fragoso@if.ufrj.br
	Substituto	Ricardo José Soares	ricardo@if.ufrj.br
	Substituto	Angelo Márcio de Souza Gomes	amgomes@if.ufrj.br
	Diretor	Nelson Ricardo de Freitas Braga	braga@if.ufrj.br
INSTITUTO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS – IPPN	Fiscal (Hélio)	Luzineide W. Tinoco	luzitinoco@gmail.com lwtinoco@ipn.ufrj.br
	Substituto	Francisco de Assis V. dos Santos	favsassis@gmail.com

	Substituto	Camila Barros de Oliveira Mansur	cbomansur@yahoo.com.br camila@ippn.ufrj.br
	Diretor	Alcides José Monteiro da Silva	diretor@ippn.ufrj.br
INSTITUTO DE QUÍMICA – IQ	Fiscal	Carlos Roland Kaiser	kaiser@iq.ufrj.br
	Substituto	Marlice Sípoli Marques	marlice@iq.ufrj.br
	Diretor	Claudio Mota	cmota@iq.ufrj.br
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS BIOATIVOS E BIOCÊNCIAS – PPG-PRODBIO – CAMPUS-MACAÉ	Fiscal	Thiago Barth	thiagobarth@macae.ufrj.br
	Substituto	Shaft Corrêa Pinto	shaft@macae.ufrj.br
	Diretor	Luiz Phellipe de Araújo Zebendo - Superintendente administrativo	superint.adm@macae.ufrj.br
UNIDADE MULTIUSUÁRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS – UMAA	Fiscal	Ricardo Cesar Gonçalves Pollery	pollery@hotmail.com
	Substituto	Camille Rodrigues Chaves	camillerchaves@yahoo.com.br
	Coordenador Geral	Vinicius Peruzzi de Oliveira	vinicius@biologia.ufrj.br

5. Análise da Contratação Anterior

Com relação à contratação anterior, temos a declarar que o contrato 34/2020, firmado junto à empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA, atendeu às necessidades de nossa IFES. Para a melhoria na qualidade do serviço prestado, a fiscalização entende que existe a necessidade de ajustes em relação ao envio das notas fiscais.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1 Natureza da Contratação:

Trata-se de prestação de serviços de natureza continuada.

Os objetos a serem contratados enquadram-se na definição de **bem de consumo**, conforme o Item III do Art. 2 do Decreto Nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 que regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

Com relação ao **rito procedimental** em relação à escolha da modalidade de licitação, este é enquadrado como **comum** pois o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações que são usuais de mercado conforme Art. 29 da Lei 14.133/2021.

6.2 Relevância dos requisitos estabelecidos:

Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.

O fornecimento será executado de maneira contínua.

O prazo de vigência do contrato, devidamente justificado e no interesse da Administração, poderá ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos desde que estejam garantidas a vantajosidade dos preços para a administração e a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, conforme Art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

Não será exigida a prestação de garantia pela contratada.

As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhadas por servidor designado para esse fim, devendo haver prévio agendamento.

A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental elencadas na IN nº 01 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

A entrega de material será controlada pelo fiscal de contrato e haverá pagamento somente para o material efetivamente entregue.

O serviço tem os seguintes códigos em conformidade com o Catálogo de Materiais (CatMat) do Sistema de Serviços Gerais (Sisg):

CATMAT 392725: Gás Comprimido Aspecto Físico: Líquido Nome: Hélio Massa Molecular: 4,00 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mín. 99% V/V Fórmula Química: He Número De Referência Química: Cas 7440-59-7

CATMAT 374983: Gás Comprimido Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Inflamável Nome: Hélio Massa Molecular: 4,00 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999% Característica Adicional: Grau Analítico Fórmula Química: He Número De Referência Química: Cas 7440-59-7

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço que será instrumento anexo ao Termo de Referência.

As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência e devem minimamente incluir:

- Efetuar o fornecimento de hélio líquido e gasoso no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação feita pela unidade demandante.
- Fornecer hélio líquido em dewars de tamanhos variados, incluindo dewars de 100 L para as unidades que tem menor consumo como IPPN, IMA, Unidade II do Cenabio e Instituto de Física, de forma a atender as demandas das unidades solicitantes.
- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- Atender aos pedidos de fornecimento realizados, somente, pelos Fiscais designados pela Administração Central da UFRJ.
- Os pedidos realizados por pessoas que não foram designadas pela Administração não serão de responsabilidade desta Universidade.

Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço;

O Fornecimento é considerado como contínuo no âmbito da Universidade pois está relacionado com a atividade finalística da instituição e sua interrupção causará danos à Pesquisa bem como às atividades de ensino e extensão, conforme Art. 3 da Lei 14.133/2021:

“XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;”.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- MÍNIMO DE 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão para a prestação dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou

com o item pertinente.

6.3 Modelo da Execução do Objeto

O prazo de entrega de hélio líquido e gasoso é de até 15 dias, contados da data de solicitação, em remessa (única ou parcelada), conforme solicitado pela unidade, no endereço correspondente da unidade solicitante.

O fornecimento será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de solicitação enviada pela unidade, devendo ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O fornecimento será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Na hipótese de serem detectadas, pelo solicitante, diferenças a menor entre o quantitativo fornecido e o solicitado, a contratada deverá emitir nota fiscal condizente com o quantitativo efetivamente fornecido e providenciar, com a máxima urgência, o fornecimento do quantitativo restante, em comum acordo com as necessidades do solicitante.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

UNIDADE	ENDEREÇO	RESPONSÁVEL/TELEFONE
CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS	Edifício do Centro de Ciências da Saúde -Bloco K – Cenabio – Unidade I e II - Cidade Universitária – RJ	Prof. Fabio C. L. Almeida falmeida@bioqmed.ufrj.br Telefone: 21-996458214
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO – HUCFF	Rua Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ	Sr. Anselmo Barbosa Telefone: 3938-2777/3938-2397
INSTITUTO DE FÍSICA – IF	Edifício do Centro de Tecnologia – Bloco A, SL 425 – 4º andar – Cidade Universitária - RJ	Sr. Henrique Fragoso, Prof. Angelo Gomes, Sr. Ricardo Soares Telefones: 3938-7664/3938-7666
INSTITUTO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS – IPPN	Edifício do Centro de Ciências da Saúde – Bloco H –Lab. LAMAR (H-28) Cidade Universitária – RJ	Profa. Luzineide Tinoco Telefone: 99801-3137 ou Sr. Francisco de Assis Telefone: 97975-0266

INSTITUTO DE QUÍMICA – IQ	Av. Athos da Silveira Ramos, 149, Bloco A, sala 608/605 Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear –IQ/UFRJ	Prof. Carlos Roland Kaiser – Telefone: 3938-7736 Sra. Roberta Lindolfo da Costa Telefone: 3938-7123
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS BIOATIVOS E BIOCÊNCIAS – PPG-PRODBIO – MACAÉ	Rua Alcides da Conceição, nº 159 - Novo Cavaleiros - Macaé, RJ. CEP: 27933-378	Decano Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Prof. Irnak Marcelo Barbosa. Telefone: 22 2141-4006
UNIDADE MULTIUSUÁRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS – UMAA	Prédio do Centro de Ciência da Saúde. Avenida Carlos Chagas Filho, 373 (prédio verde) entre os blocos A-F	Coord. Geral: Prof. Vinicius Peruzzi Coord. Técnico e Fiscal: Ricardo Pollery Técnica responsável pelo recebimento: Camille R. Chaves Telefones UMAA 3938-6316 e 97893-1503
CENTRO DE ESPECTROMETRIA DE MASSAS DE BIOMOLÉCULAS – CEMBIO/IBCCF	Av. Carlos Chagas Filho , s/n, Centro de Ciências da Saúde , Bloco C sala 41 -1º andar, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-902	Coordenador: Ronaldo Mohana Borges cembio@biof.ufrj.br Tel: 55- 21-3938-6511
INSTITUTO DE MACROMOLÉCULAS – IMA	Edifício do Instituto de Macromoléculas – Bloco J – Centro de Tecnologia – Cidade Universitária – RJ	Sr. Eduardo Miguez ou Sr. Arceu Pedro dos Santos Filho Telefones: 3938-7228/2562- 8272
INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO – IBCCF – CCS	Avenida Carlos Chagas Filho, 373. Centro de Ciências da Saúde, Bloco G, Sala G1- 019, Cidade Universitária - RJ	Prof. Robson Coutinho Silva Telefone: 3938-6720/3938- 6721
CENTRAL ANALÍTICA DA FACULDADE DE FARMÁCIA	Avenida Carlos Chagas Filho, 373. Centro de Ciências da Saúde, Bloco A, segundo andar, sala 32, Cidade Universitária - RJ	Dr. Marcos Vinicius Toledo e Silva Telefones: 3938-6422 (21) 96412-3921 (Marcos)

6.4 Da Modalidade de Licitação:

A contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e para atendimento a mais de um órgão ou entidade, uma vez que permitirá a participação de outras unidades da UFRJ, além de permitir a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações

futuras.

O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, conforme previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto 11.462/2023, uma das hipóteses de cabimento do Registro de Preços consiste na aquisição de bens ou contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade. Essa hipótese tem por escopo permitir que entidades que possuam as mesmas necessidades possam contratar em conjunto, minimizando-se assim os custos do processo, além de propiciar vantajosidade em razão da economia de escala por se adquirir em maior quantidade. Essa é, segundo a doutrina, uma das grandes vantagens do SRP, pois “a par de exigir competência de gerenciamento, traz a especialização de servidores, economia no preço e melhor controle de qualidade dos produtos.

Outro ponto de fundamental importância para se aplicar o sistema de registro de preços é o fato de não haver necessidade de declarar a existência de crédito para a realização do certame, devendo a previsão orçamentária para cobrir a despesa ser demonstrada apenas antes da efetiva contratação, conforme Art. 17. do Decreto 11.462/2023 *A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.*

O Sistema de Registro de Preço – SRP mostra-se pertinente, também, considerando a hipótese prevista nos incisos II e II do artigo 3.º do Decreto 11.462/2023, aliado às vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como:

- Efetivar a contratação e ampliá-la somente quando houver necessidade, proporcionando a redução de número de licitações a serem realizadas no âmbito da UFRJ;
- Agilizar a contratação futura, pois a licitação já está realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços e respectivos fornecedores já estarão definidos;
- Maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

7. Levantamento de Mercado

Levantamento das Alternativas:

- 1) Fazer adesão à ata de registro de preços (ARP) vigente;
- 2) Fazer licitação (pregão eletrônico) para a contratação de empresas que forneçam as mercadorias.

Análise das Alternativas Existentes:

- 1) Fazer adesão a ARP vigente: Conforme disposto na Lei 14.133/2021, a licitação por registro tem como objetivo permitir que diversos órgãos com interesses comuns na contratação de determinados serviços e aquisição de bens o faça de forma mais célere e eficiente. Entretanto, tendo em vista as particularidades na contratação do objeto pleiteado, em relação à demanda e à necessidade do fornecimento de tanques com volume específico além do não envolvimento preliminar desta IES ao processo de contratação e no detalhamento de todas as condições de execução e especificidades para o correto dimensionamento de quantitativos e preços referenciais, figura o instituto da adesão à ata de registro de preços como uma alternativa inviável.
- 2) Fazer licitação (pregão eletrônico) para a contratação de empresas que forneçam as mercadorias.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvados os casos previstos na legislação pertinente ao assunto, está obrigada a contratar mediante processo de licitação pública. Desse modo, para a compra dos itens deste ETP, respeitando a isonomia entre os licitantes ao selecionar a

proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais, deve-se adotar o instituto da licitação previsto na legislação vigente. Ademais, tendo em vista que os objetos pleiteados figuram como bens comum, compreendido entre aqueles “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado”, em princípio, atende-se a um critério legal definido para adoção do “Pregão” como a modalidade cabível, logo, é a solução mais adequada para atender à necessidade da Administração por bens e serviços comuns. Quanto à adoção do Pregão, na forma eletrônica.

Justificativa da Solução Escolhida

Objetiva-se contratar empresas fornecedoras de materiais de consumo a fim de atender as necessidades dos setores da UFRJ, viabilizando a continuidade e o alcance dos objetivos e metas da universidade como instituição promotora de ensino, pesquisa e extensão e garantir plenas condições de atendimento aos anseios da comunidade acadêmica no desempenho de suas atividades habituais. Dessa forma a escolha por fazer licitação na modalidade pregão eletrônico é a mais indicada e única viável no momento pela transparência e por convocar um grande número de interessados, estimulando a competitividade e consequentemente lançando o menor preço, que será o mais vantajoso para a Administração, ademais, as possíveis contratações semelhantes que poderíamos aderir não suportam essa modalidade.

8. Descrição da solução como um todo

Registro de Preços para aquisição continuada de hélio gás e Líquido para atendimento das demandas contínuas dos laboratórios, hospitais e demais Unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

9. Estimativa das Quantidades a serem contratadas e do valor da contratação

A Equipe de Planejamento realizou levantamento para determinação do quantitativo a ser contratado e do valor aproximado da contratação, que segue na tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO	UNIDADE DEMANDANTE	QUANTIDADE TOTAL ANUAL POR UNIDADE DEMANDANTE	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL ANUAL	VALOR ESTIMADO TOTAL ANUAL
I	1	Hélio gás pureza 5.0 ou maior	374983	M ³	R\$	CENABIO I	34	573,5	R\$ 173.976,96
						CENABIO II* ¹	8,5		
						HUCFF	68		
						IF	135		
						IPPN	51		
						IQ	90		
						PRODBIO Macaé	20		
						UMAA* ²	120		
						FF	47		
II	2	Hélio líquido	392725	Litro	R\$	CEMBIO/IBCC F* ³	750	21.900	R\$ 7.511.700,00
						CENABIO I* ¹	6500		
						CENABIO II* ¹	500		
						HUCFF	1000		
						IF* ⁴	10900		
						IMA* ⁵	600		
						IPPN	400		
						IQ	1250		

* Indicam alterações no quantitativo em relação ao contrato anterior. As justificativas encontram-se no item 9.1.

Cabe ressaltar que a Divisão de Contratos da Pró-Reitoria de Gestão e Governança - PR-6, realizará pesquisa de preços conforme determina a Instrução Normativa nº 65/2021.

9.1 Justificativas das alterações no quantitativo

***1 -Justificativas CENABIO** - Nos contratos anteriores, o quantitativo do Cenabio contemplava as duas unidades, mas o equipamento que demanda gases da Unidade II não estava em funcionamento e o quantitativo havia sido reduzido. Entretanto, o equipamento estará funcionando a partir do segundo semestre de 2023, sendo necessário incluir a demanda de gases para o mesmo. A demanda da Unidade I foi acrescida em 500 L para contemplar possíveis situações emergenciais.

***2 -Justificativa UMAA** - A Unidade Multiusuário de Análises Ambientais (UMAA), localizada no Centro de Ciências da Saúde, necessita utilizar hélio 5.0 gasoso porque possui: A) um espectrômetro de massas (Delta Finnigan, ThermoFischer) para razão isotópica de carbono, nitrogênio e hidrogênio, B) dois CHNS (Flash, ThermoFischer) para análises elementares de carbono, nitrogênio e enxofre e C) um Cromatógrafo gasoso (CGMS-Agilient). Estes equipamentos demandam grande quantidade de hélio, alguns por um período de 24 horas. Sem o gás hélio os equipamentos não funcionam! E, estando em operação, caso ocorra a falta do gás, o aparelho para o funcionamento, ocasionando danos sérios a diferentes peças que compõem o sistema interno do mesmo, gerando manutenção e/ou conserto, além de reposição de peças com um custo bastante elevado. Frente a essa demanda contínua, a cota de 103 m³ não tem sido suficiente para suprir essa necessidade. Em 2022 a última solicitação ocorreu em junho e até a renovação do contrato a UMAA contou com a cessão de alguns cilindros (junto a outros pesquisadores) e também adquiriu o gás, tarefa que não foi nada fácil frente ao alto custo pela falta do gás no mercado. Para o ano vigente, 2023, a UMAA

encontra-se no mesmo cenário, pois o último cilindro de direito na cota deverá ser entregue em julho e até a formalização de um novo contrato teremos que buscar conseguir aquisição, caso o preço de mercado esteja viável e ainda haja projeto com verba, e também buscar alguma cessão com pesquisadores parceiros. Face ao exposto, propomos, que a cota de hélio da UMAA de 103m³ seja alterada para 170 m³, o correspondente a 20 cilindros de 8,5 m³.

***3 Justificativa CEMBIO** - O abastecimento de hélio líquido no quantitativo de 500 L se demonstrou insuficiente para manter o funcionamento do SolariX em função de maior uso, apesar do CEMBIO contar com equipamentos de suporte que mantêm o resfriamento do hélio e conseqüente menor perda. Além disso, qualquer intercorrência, por menor que seja, com o SolariX, seus no breaks, ou resfriadores de hélio implica em ultrapassar o valor de 500 L por ano de hélio líquido. Assim, a estimativa atualizada prevê uma recarga adicional de 250 L/ano totalizando 750 L/ano para o CEMBIO. Destaca-se que o custo do hélio líquido é substancialmente menor que os custos associados ao reparo do Solarix após os danos que podem ser causados pela falta de refrigeração adequada, além dos prejuízos ao andamento dos projetos que dependem desse equipamento em caso de suprimento insuficiente.

***4 Justificativa IF-UFRJ** - Em 2022, o Instituto de Física colocou em operação definitiva e instituiu o equipamento Magnetômetro Squid-VSM MPMS-3, <https://sites.google.com/view/labmulti-if-ufri/home>, como equipamento multiusuário. O quantitativo de Hélio Líquido referente ao contrato 2022/23 não foi suficiente para atender o equipamento durante todo o período. Uma das justificativas para esse problema foi a volta total das atividades de pesquisa durante o ano de 2022, período pós-pandemia de COVID-19. O equipamento tem consumo de aproximadamente 50L de hélio por semana e, portanto, está sendo solicitado o aumento de 2400L para o total atendimento do equipamento.

***5 Justificativa IMA** - O aumento da cota de 300 para 600 litros de hélio líquido do IMA, é devido a instalação de um RMN supercondutor de 500 MHz entre o final de julho e o início de agosto. O IMA terá então dois aparelhos de RMN supercondutores um de 300 e outro de 500 MHz em funcionamento, ambos consumindo cerca de 100 litros de hélio líquido a cada 4 meses.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar ampla participação de licitantes que embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade" Súmula 247 - TCU

O parcelamento da solução é regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. De acordo com o recomendado no art. 23, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e na Súmula 247 do TCU, e após a análise da especialidade do serviço, se faz considerar dois aspectos básicos acima suscitados, quais sejam, o técnico e o econômico.

O parcelamento da solução, por Unidade demandante por exemplo, ensejaria na redução do poder de economia de escala e divisão ou rateio do custo fixo. Isto posto, a licitação deverá garantir a competitividade sem perda da economia de escala, o que certamente não seria possível alcançar em caso de divisão do objeto, ferindo a economia de escala pretendida.

A comissão do estudo preliminar entende, empiricamente que, seja possível o parcelamento, porém inconveniente, do ponto de vista prático e econômico. Justifica-se para essa decisão se destina a promover maior eficiência e eficácia na gestão e na fiscalização contratual, além de propiciar economia de escala, uma vez que a totalidade dos serviços poderá ser demandada a um mesmo fornecedor, favorecendo a redução de preços e o desenvolvimento das atividades, atendendo a economicidade e eficiência do serviço a ser prestado.

A não divisão do objeto pretendido em diversos itens se dá em virtude da possibilidade de

ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado haja vista que poderia implicar a contratação de diversas empresas para aquisição dos mesmos bens, causando o aumento da necessidade de gerenciamento dos contratos na Pró-reitora de Gestão e Governança que não dispõe dos recursos humanos suficientes para aumento na sua carga de trabalho, podendo, inclusive gerais mais de uma licitação para o objeto ora em estudo caso haja a descontinuidade de qualquer uma das novas contratações.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não estão previstas contratações correlatas e/ou interdependentes para o processo em questão.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação de serviços continuados para o fornecimento de gases é prevista no Plano Anual de Contratações para o ano de 2023, de acordo com o item 16 do referido documento.

Id PCA no PNCP: 33663683000116-0-000002/2023

Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

Id do Item no PCA: 16

Classe/Grupo: 6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

Identificador da Futura Contratação: 153115-11/2022

13. Resultados Pretendidos

Atender às demandas de aquisição de hélio líquido e gasoso, com intuito de apoiar as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e viabilizar ações e metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRJ, além do cumprimento de sua missão Institucional como referência em Educação Pública de qualidade.

Benefícios Diretos: Haja vista que os serviços solicitados não compõem em sua totalidade as atividades rotineiras dos colaboradores desta instituição, a terceirização desses serviços, por parte de empresas especializada, proporcionará eficiência, eficácia, economia e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, uma vez que a contratada possui conhecimento mais profundo dos serviços, realizando-os com melhor qualidade, respeitando os impactos ambientais positivos. Disseminação do conhecimento.

Benefícios indiretos: a aquisição de hélio líquido e gasoso, permitirá a execução dos projetos de pesquisa com qualidade e eficiência. Sendo assim, o principal motivo da aquisição é zelar pelo cumprimento de sua missão Institucional como referência em Educação Pública de qualidade com melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

14. Providências a serem adotadas

Não há necessidade de adoção de nenhuma providência para a execução do contrato.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Diante dos levantamentos e informações disponíveis e tendo sido observado o Decreto nº 7.746/2012, avaliado e consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e a IN nº 01/2010 SLTI/MPOG não foram encontradas práticas e critérios de sustentabilidade aplicáveis diretamente ao objeto que se pretende contratar.

Desse modo, não se vislumbram possíveis impactos ambientais decorrentes da eventual

AQUISIÇÃO DE HÉLIO GÁS E LÍQUIDO, em consequência, não se vislumbra a necessidade de respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar riscos ambientais existentes. O que se encontra devidamente justificado, em atenção ao art. 7º, inciso XII, da IN nº 40/2020 SEGES/ME.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação desde que sejam aportados os recursos necessários para a execução do objeto necessário para o atendimento da demanda. Também devem ser levadas em consideração que para a viabilidade e a manutenção da qualidade do FORNECIMENTO CONTÍNUO DESTE INSUMO extremamente sensível para a execução das atividades em seus laboratórios e no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste ETP foi considerado **viável** por alinhar-se às atividades acessórias imprescindíveis para se atingir às finalidades da ação pretendida. Também é viável do ponto de vista ambiental e estratégico.

As quantidades dispostas no presente Estudo são coerentes com a demanda prevista, em que foi considerado os atuais contratos firmados para similar objeto, além de verificação com os usuários e fiscais dos atuais contratos em relação ao fornecimento a ser contratado.

Os riscos inerentes da contratação foram levantados, com ações de mitigação sugeridas e que se encontram anexados ao presente documento.

17. Responsáveis

Unidade	Nome	SIAPE
INSTITUTO DE BIOFÍSICA CARLOS CHAGAS FILHO – IBCCF– CCS	Bruno Lourenço Diaz	1528938
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO – HUCFF	Anselmo José Lino Barbosa	0221589
CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS - UNIDADE I	Karen Stephanie dos Santos	1765087
CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS - UNIDADE II	Rodrigo Jorge Vianna Barbosa	3121872
INSTITUTO DE MACROMOLÉCULAS – IMA	Eduardo Miguez Bastos da Silva	0362895
Faculdade de Farmácia -FF	Marcos Vinicius Toledo e Silva	2201072
INSTITUTO DE FÍSICA – IF	Angelo Marcio de Souza Gomes	1568364
INSTITUTO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS – IPPN	Luzineide W. Tinoco	214233
INSTITUTO DE QUÍMICA – IQ	Carlos Roland Kaiser	1153993
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PRODUTOS BIOATIVOS E BIOCÊNCIAS – PPG-PRODBIO – CAMPUS-MACAÉ	Thiago Barth	1563478
UNIDADE MULTIUSUÁRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS –UMAA	Ricardo Cesar Gonçalves Pollery (coord tec e fiscal)	2200400

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

Anexo I – [Gestão de Riscos](#)